

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM MOÇAMBIQUE:  
REFORMAS, CARACTERÍSTICAS, CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS**

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF THE EDUCATION SYSTEM IN MOZAMBIQUE:  
REFORMS, CHARACTERISTICS, CONSTRAINTS AND CHALLENGES

ANÁLISIS DE LA EVOLUCIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO EN MOZAMBIQUE:  
REFORMAS, CARACTERÍSTICAS, LIMITACIONES Y DESAFÍOS

Domingos Árabe<sup>1</sup> 0000-0002-4321-7037

Francisco Uame<sup>2</sup> 0009-0004-5159-8003

Agostinho Rosário Teimoso<sup>3</sup> 0000-0001-5566-2958

António dos Santos João<sup>4</sup> 0000-0003-0036-400X

Almeida Meque Gomundanhe<sup>5</sup> 0000-0003-0011-6399

<sup>1</sup>Universidade Rovuma – Lichinga, Niassa, Moçambique; arabemaulana@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Rovuma – Lichinga, Niassa, Moçambique; franciscouame@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Rovuma – Lichinga, Niassa, Moçambique; agostinhoteimosorosario@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Rovuma – Lichinga, Nampula, Moçambique; hiwasantos10@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Rovuma – Lichinga, Niassa, Moçambique; amequgomundanhe@gmail.com

**RESUMO:**

Este artigo discute, em linhas gerais, a evolução do sistema educativo moçambicano, fenómeno ocorrido antes e logo após a independência nacional. Um processo que contrapôs a dependência colonial e o elitismo escolar, causas do subdesenvolvimento do país e das práticas educativas aos moçambicanos. A evolução do sistema educativo em Moçambique tem explicação, tanto antes da ocupação colonial, como nos termos da conquista da independência, devido às novas exigências económicas, culturais, políticas, sociais, de índole nacional e internacional, de cada período. Por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade, a educação em Moçambique procura dar respostas ao maior desafio, o da educação para todos. A evolução do sistema educativo em Moçambique pode ser dividida em três períodos distintos: Período antes do colonialismo Português, considerado período de educação tradicional, Período Colonial (1845-1974) que compreende a educação colonial e do governo de transição, finalmente o Período Pós – Independência (1975 aos nossos dias), cujo destaque vai para antes e depois da introdução do Sistema Nacional de Educação.

**Palavras-chave:** colonialismo; educação; escola básica; Sistema Nacional de Educação.

**ABSTRACT:**

This article discusses, in general terms, the evolution of the Mozambican educational system, a phenomenon that occurred before and shortly after national independence. A process that opposed colonial dependence and school elitism, causes of the country's underdevelopment and educational practices for Mozambicans. The evolution of the educational system in Mozambique can be explained, both before the colonial occupation and in terms of the conquest of independence, due to the new economic, cultural, political, social, national and international demands of each period. For an inclusive, patriotic and quality education, education in Mozambique seeks to respond to the greatest challenge, that of education for all. The evolution of the educational system in Mozambique can be divided into three distinct periods: The period

before Portuguese colonialism, considered a period of traditional education, the Colonial Period (1845-1974) which comprises colonial education and the transitional government, finally the Post - Period Independence (1975 to the present day), which highlights before and after the introduction of the National Education System.

**Keywords:** colonialism; education; basic school; National Education System.

**RESUMEN:**

Este artículo analiza, en términos generales, la evolución del sistema educativo mozambiqueño, un fenómeno que ocurrió antes y poco después de la independencia nacional. Un proceso que contrapuso la dependencia colonial y el elitismo escolar, causas del subdesarrollo del país y prácticas educativas de los mozambiqueños. La evolución del sistema educativo en Mozambique puede explicarse, tanto antes de la ocupación colonial como en términos de la conquista de la independencia, debido a las nuevas demandas económicas, culturales, políticas, sociales, nacionales e internacionales de cada época. Por una educación inclusiva, patriótica y de calidad, la educación en Mozambique busca responder al mayor desafío, el de la educación para todos. La evolución del sistema educativo en Mozambique se puede dividir en tres períodos distintos: el período anterior al colonialismo portugués, considerado un período de educación tradicional, el Período Colonial (1845-1974) que comprende la educación colonial y el gobierno de transición, finalmente el Post - Período Independencia (1975 a la actualidad), en el que se destaca el antes y el después de la implantación del Sistema Nacional de Educación.

**Palabras clave:** colonialismo; educación; escuela básica; Sistema Educativo Nacional.

## Introdução

O artigo que nos propomos apresentar tem como tema “Análise da Evolução do Sistema educativo em Moçambique-Reformas Características, Constrangimentos e Desafios”. Pretendemos com esta abordagem analisar as mudanças, características, constrangimentos e desafios do Sistema Nacional de Educação em Moçambique. Especificamente nos importa (i) situar a periodização do sistema educativo em Moçambique, desde antes da independência até aos nossos dias: (ii) Descrever as leis do sistema Nacional de Educação. (iii) Identificar os desafios de implementação da lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro, do no Sistema Nacional de Educação. Trata-se de uma pesquisa, qualitativa com recurso à revisão bibliográfica, como técnicas de recolha de informações. A exclusividade desta pesquisa reside na contribuição académica através da descrição sistematizada do percurso histórico da educação em Moçambique, desde tradicional até a introdução da atual lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro.

Com efeito, a evolução do sistema educativo em Moçambique pode ser dividida em três períodos distintos: (1) Período antes do colonialismo Português, considerado período de educação tradicional; (2) Período Colonial (1845-1974) que compreende a educação colonial e de transição, finalmente, (3) o Período Pós – Independência até aos nossos dias, cujo destaque vai para antes e depois da introdução do Sistema Nacional de Educação através da Lei nº 4/83 de 23 de Março; algumas reformas através da Lei nº 6/1992 de 6 de Maio e, atualmente, a Lei

nº 18/2018 de 28 de Dezembro que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação. Importa referir que não é possível falar das políticas educacionais da República de Moçambique sem fazer menção três aspectos fundamentais nomeadamente: a) a opressão colonial, b) o processo de libertação nacional e c) a independência nacional. Portanto, o sistema de educação em Moçambique foi grandemente influenciado por esses três elementos.

### **Periodização da educação em Moçambique**

Como nos referimos, a evolução do sistema educativo em Moçambique é dividida em três períodos nomeadamente: a) período antes do colonialismo português, que compreende o período antes da independência (educação Colonial de 1845 a 1974 e educação no Governo de Transição de 1974 a 1975); b) período pós-independência em que vigorou antes do Sistema Nacional de Educação (1975-1982) e a introdução das Sistema Nacional de Educação (lei nº 4/83 de 23 de Março, lei nº 6/92, de 6 de Maio e a lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro).

Para melhor compreensão, vamos percorrer por períodos e de forma detalhada, caracterizar e colocar a ribalta as razões que determinaram as reformas educacionais em Moçambique.

### **Educação antes do colonialismo português**

Nesta abordagem, preferimos usar a ocupação colonial como marco, para permitir que, de forma breve, caracterizemos a educação tradicional. Contudo, é do conhecimento de todos que não há sociedade sem educação, como a seguir detalhamos.

Para Libâneo (1994) educação é um processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas físicas, morais, intelectuais, estéticas, tendo em vista a orientação da actividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais.

Segundo Bolacha (2013, p. 56), a educação “é um processo que influencia o modo de ser, de pensar, de sentir e agir”. Ela não é repetição de algumas informações estruturadas em um manual. A educação fundamenta-se na aquisição de estratégias, conhecimentos, valores, habilidades que nos tornam mais humanos, cidadãos ativos de uma sociedade complexa.

Estes conceitos permitem-nos perceber que não há sociedade sem educação, tendo o pressuposto de que a educação, no seu conceito mais restrito é o conjunto de acções exercidas pelas gerações mais velhas com objectivo de transmissão de valores sobre as gerações mais novas. Moçambique antes do período colonial já desenvolvia um tipo de educação designada

por tradicional que de acordo com a época e o contexto tinha seus objectivos e procedimentos. Quais são as características da educação tradicional em Moçambique?

Quimuenhe (2018) refere que antes da educação colonial, a sociedade moçambicana já detinha uma educação tradicional que se baseava na transmissão de conhecimentos e técnicas acumuladas na prática produtiva. Através da educação tradicional os mais velhos inculcavam o seu código de valores morais, culturais, sociais e religiosos, incluindo matérias sobre a liderança.

Trata-se de uma educação que se baseava nos ritos de iniciação, dogmas, superstição, magia, onde o indivíduo era preparado para aceitar a exploração como lei natural e assim reproduzi-la no seu grupo etário, na família, na sua tribo, na etnia e na raça. (Lei nº 4/83, de 23 de Março). O indivíduo educado pela educação tradicional esta sujeito a obediência, respeito aos mais velhos e à maturidade.

Conforme descreve Golias (1993), no que se refere as condições de infra-estruturas, nada se pode avançar, pois, não havia lugar definido, era uma educação espontânea. O nível de qualidade de assimilação da matéria era subjetiva e o resultado da aprendizagem era verificado com base nas actividades empíricas, práticas e observáveis. Portanto, o pilar que dominava era o saber-fazer.

Visivelmente, não constitui verdade que os moçambicanos ou africanos não tinham educação e/ou cultura, antes dos movimentos imperialistas, tal como descreve Mondlane (1975, p. 37) em sua obra Lutar por Moçambique:

Os Europeus supunham que, porque a África estava atrasada no tempo em que a invadiram, os Africanos não tinham cultura alguma, nem moralidade, nem instrução. Hoje, já se compreendeu que havia várias culturas em África, algumas mais complexas do que outras, mas apresentando todas elas aspectos morais e métodos educacionais, mediante os quais as crianças podiam absorver a cultura e tornar-se membros bem adaptados à sociedade onde tinham nascido.

Naturalmente, a lenta urbanização, a paulatina fixação de diferentes grupos nas cidades, que somente viria a se massificar no século XIX, a influência islâmica na política, na religião e no comércio são exemplos de marcadores de ruturas importantes para a compreensão das transformações sociais que estão na base da transição para o período colonial (GÓMEZ, 1999).

Feliz ou infelizmente, a educação tradicional moçambicana foi, literalmente, invadida, pois, os colonialistas em geral desprezaram e ignoraram a cultura e educação africana tradicional. Assaltaram-na, instituindo uma versão do seu próprio sistema de educação, totalmente fora do contexto, que viria a desenraizar o moçambicano do seu passado e a forçá-lo a adaptar-se à sociedade colonial. E porque o ambiente não era negociável entre os

imperialistas e as comunidades moçambicanas, nada restava senão aderir a educação colonial, sob todas adversidades, imposições e exclusões.

## **Período antes da independência nacional**

### **Educação colonial**

De acordo com Newitt (2012), a presença colonial<sup>1</sup> em Moçambique foi registada em 1498 e que, sem dúvidas, influenciou radicalmente a educação e a cultura, como forma de dominar os nativos.

Ora, diferentemente dos ingleses, os portugueses optaram a forma de administração directa e assimilacionista. Portanto, era necessário “(...) impor a lei e autoridade aos cafres” (Castiano; Ngoenha, 2013, p. 23). Era uma forma de tornar rentável a colónia. A obra de Mondlane (1975) lutar por Moçambique, indica que nos territórios portugueses a educação do africano teve duas finalidades:

- a) Formar um elemento da população que agiria como intermediário entre o estado colonial e as massas; e
- b) Inculcar uma atitude de servilismo no africano educado.

De acordo com Castiano e Ngoenha (2013, p. 29) “o ensino indígena era dividido por três tipos nomeadamente:

- (1) Ensino Rudimentar para civilizar e nacionalizar os indígenas da colónia, aprendendo língua e costumes portugueses.
- (2) Ensino Profissional<sup>2</sup> – para preparar os indígenas de um outro sexo, maiores de 10 anos para adquirirem honestamente os meios de manter a vida civilizada e contribuir mais para o progresso da colónia.
- (3) Ensino Normal - Destinada para formar professores para as escolas rudimentares”.

Apesar da existência dos tais objectivos, o ensino em Moçambique, neste período, para além de apresentar uma rede escolar insuficiente<sup>3</sup>, era um ensino ineficaz e ineficiente, discriminatório, facto que constituiu uma frustração das aspirações dos africanos e ou Moçambicanos particularmente (Uaciquete, 2010).

---

<sup>1</sup> A literatura refere que, o “apito” da ocupação colonial e partilha de África foi a realização da Conferência de Berlim (1884-1885), onde as potências europeias definiram as suas zonas de influência e a África ficou, literalmente, dividida entre elas.

<sup>2</sup> Geralmente eram escolas de artes ofícios, serralharia, alfaiate, sapateiro, e carpintaria, economia doméstica.

<sup>3</sup> Até 1909 em Moçambique havia 56 escolas para uma população que se aproximava aos 4000 habitantes segundo o recenseamento de ano de 1900 (Almeida, 1979, p.311). A primeira escola do Ensino Secundário seria em 1920 e a primeira Universidade em 1963.

Zamparoni (2002) refere que do Estado colonial com pouca educação formal que proporcionava, os poucos mulatos e negros com alguma instrução passaram a lutar pela instalação de escolas em toda a colónia. Uma evidência dessa reivindicação reside na publicação, em 1908, da primeira edição do jornal “O Africano”, porta-voz desse grupo, em que se anunciava que o seu objectivo era lutar pela educação dos indígenas. Em 1909 o grupo em questão avançava do jornal para a prática, fundando o Grémio Africano e inaugurando a Escola António Ennes em um bairro popular de Maquinino na cidade da Beira.

Assim era a educação dos negros ou dos oprimidos, virada para trabalho muscular, de controlo da terra, da mão-de-obra barata, do comércio e da subordinação financeira de Moçambique em relação a metrópole (Castiano; Ngoenha, 2013). Ou seja, a colónia devia ser rentável, económica e financeiramente, uma vez que Portugal e outros países da Europa<sup>4</sup> viviam num cenário de crise.

Conforme relatam os autores tais como Newitt (2012, p. 414), esta tendência manteve-se essencialmente inalterada ao longo dos governos coloniais (sob a monarquia, na vigência da I República e, mais tarde, no período do Estado Novo<sup>5</sup>, onde a igreja católica teve uma missão determinante, a de civilização e só veio a conhecer algumas mudanças com o desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional.

Portanto, segundo Mondlane (1975), a promulgação do estatuto orgânico das Missões católicas portuguesas de África em 1926, foi porque “os portugueses acreditavam que há mais probabilidade de um africano (de Moçambique) se tornar português completo se ele for católico” (p. 70). De acordo com Basílio (2010) o governo colonial estabeleceu a estrutura do ensino seguindo o modelo de organização de ensino ministrado pelas entidades religiosas.

Por seu turno, Mazula (1995), descreve que, o ensino moçambicano era caracterizado por práticas educativas portuguesas, com auxílio da igreja católica, através dos missionários que tinham como missão educar a população local. Decisivamente, a igreja católica entra no cenário da colonização com a guisa de filantropia e neste período registou-se a entrada de missionários, construção de missões anexadas aos centros educacionais em Moçambique e noutras colónias portuguesas.

---

<sup>4</sup> E foi precisamente em 1873, ao final do século XIX, que a Europa é assolada pela crise económica e social, como consequência nos países desenvolvidos os preços caíram, os negócios iam mal, bancos faliram, desemprego aumentou (Duroselle *apud* Aquino et al, 1978, p. 210).

<sup>5</sup> A lei colonial de Salazar manteve a separação formal da igreja e do Estado, porém conferiu a igreja o reconhecimento especial como instrumento de civilização e influência nacional e o ensino missionário foi regulamentado pelo acordo Missionário anexado à concordata em 1940 e pelo estatuto missionário em 1941.

Em termos de infraestruturas, no geral houve uma tendência de construção de igrejas e/ou missões, que não só tinha o objectivo de difundir a palavra de Deus, como também desenvolver o espírito de dominação e educacional. Eis que no Niassa, por exemplo, temos infraestruturas que o colono construiu que serviram de missões/centros educacionais, com destaque para nos distritos de Cuamba (Mitucue), Lago (Missumba), Mecanhelas (Mepanhira) e Maua (Maiaca) e Ngauma (Massangulo) (Mazula,1995)

### **Educação no Governo de transição (1974-1975)**

Para a compreensão do Sistema Nacional de Educação, é importante fazer referência ao período de 1962 a 1974, portanto, o ano da fundação da Frente da Libertação de Moçambique, até a instituição do Governo de Transição. Na ótica de Gómez (1999, p. 19) a “educação tinha por função modelar o homem servil, despersonalizado e alienado das realidades do seu povo, devia favorecer a formação de um homem tão estranho ao seu próprio povo que pudesse vir a ser, instrumento do poder para a dominação dos seus irmãos”.

Ficou claro que a educação colonial era racista, separatista, discriminatória e que só tinha objectivo de ensinar ao colonizado a cultura portuguesa, garantir a mão-de-obra para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Nota-se que em todo continente Africano, após a Segunda Guerra Mundial (1945), nasceram movimentos nacionalistas de autodeterminação, clamando de independências. Importa referir que com a formação e negociação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Portugal não cedeu a Moçambique uma Independência de forma pacífica. Portanto, a FRELIMO ficou obrigada a optar pela via armada para a conquista da Independência nacional.

No que concerne a educação, de acordo com Uaciquete (2010, p. 14), “uma das razões que leva à consideração deste período prende-se com o facto de que grande parte das transformações no campo educacional aplicadas a nível nacional teve como origem as experiências levadas a cabo pela FRELIMO e os princípios defendidos durante a Luta Armada para a libertação do país”.

Assim, o avanço dado neste período foi o abrandar da luta de libertação nacional, resultado das tendências de negociação entre o Governo Colonial e a FRELIMO. As zonas libertadas continuaram a ser locais privilegiados para educação dos Moçambicanos com uma linha, essencialmente, política e ideológica, uma vez que estava condicionada pelos factores que têm a ver com a natureza revolucionária da luta conduzida pela FRELIMO.

Segundo Quimuenhe (2018), nesse período foram criadas escolas primárias nas zonas libertadas, muitas vezes funcionando por baixo de árvores e em condições precárias em função da situação de guerra, uma vez que a construção de prédios fixos poderia representar alvos fáceis para os portugueses atingirem. Aliás, não havia condições nem políticas nem financeiras para edificar infra-estruturas adequadas ao processo educativo.

Porém, o desafio de expansão da rede escolar manteve-se, muitos moçambicanos estavam desprovidos da educação, uma vez que ocorria em zonas libertadas. Ndegue (2009, p. 185) destaca a importância das zonas libertadas ao referir que “se a FRELIMO esperasse conquistar a independência para criar escolas, milhares de jovens das zonas libertadas seriam hoje analfabetos”.

A questão de fundo é: qual foi o desafio para o sector da educação após a proclamação da Independência em Moçambique? Este constitui o conteúdo do próximo tópico.

### **Educação período pós-independência**

Como referimos anteriormente, na atualidade, a educação em Moçambique pode ser dividida em quatro momentos:

- 1) Educação pós independência, antes do SNE (1975-1982);
- 2) Introdução do Sistema Nacional de Educação, 1983 até 1991;
- 3) Reforma do Sistema Nacional de Educaçao-1992-2004.
- 4) Lei nº 18/2018, O Sistema Nacional Educação de 2018 (Lei recente ainda no início da sua implementação).

### **Educação pós-independência e antes do SNE (1975-1982)**

Trata-se de 1975, ano da independência, à 1982, antes da introdução do Sistema Nacional de educação, cujos constrangimentos deste período foram grandemente marcados pela insuficiência da rede escolar<sup>6</sup>, de professores e de outros quadros. Portanto, Castiano e Ngoenha (2013, p. 45) afirmam que, “o que o primeiro governo saído da Independência recebe como legado dos colonialistas na área da educação é obsoleta. Tinha que se começar a trabalhar praticamente do zero”.

Foi o preço caro da independência e que era imperativo buscar alternativas e/ou soluções educacionais em termos quantitativos e qualitativos. Em busca de alternativas, Castiano e Ngoenha (2013, p. 55), referem que:

---

<sup>6</sup> De acordo com a Estatística, em 1975 cerca de 98% da população de Moçambique era analfabeta



A primeira medida tomada pelo Governo de Moçambique, no campo do ensino, foi a nacionalização das escolas e outros estabelecimentos de ensino, (...) a nacionalização abrange as escolas privadas, principalmente as escolas missionárias e católicas. O objetivo adiantado era o de rapidamente integrar aquelas escolas no sistema nacional de ensino assim como adequar o seu funcionamento à linha política da FRELIMO.

Para se cumprir integralmente essa medida foi, igualmente, necessário abolir, simbolicamente, a utilização dos programas de ensino e livros coloniais nas escolas, e a instituição do Ministério de Educação e Cultura (MEC), pela primeira vez na História de Moçambique (Castiano; Ngoenha, 2013).

Para responder a demanda de déficit de professores, em 1977, o então saudoso presidente Samora organizou um encontro com alunos mais velhos, que frequentavam a 10<sup>a</sup> e 11<sup>a</sup> classe e, imediatamente, converteu-os em Professores. E ao mesmo tempo foi uma forma de garantir a formação de futuros quadros para o Aparelho de Estado. Em 1976 o Governo Moçambicano assina acordos com países socialistas para receberem estudantes moçambicanos, como o caso da República Socialista de Cuba, que recebeu maior parte deles, Alemanha, entre outros. Trata-se da famosa geração 8 de Março<sup>7</sup>.

O governo tinha o objectivo de expandir a nível do país as experiências obtidas nas zonas libertadas, porém, esta pretensão sofreu impacto porque houve a mudança da conjuntura; o movimento de libertação passou a ser o partido-Estado (a essência do socialismo), o que fez com que este movimento, não continuasse resolvendo apenas os problemas de um grupo restrito, de pessoas que compartilhavam as mesmas ideias, passou a tratar das questões de milhares de pessoas com ideias, totalmente, diferentes e um território vasto.

Pela primeira vez, houve a instituição do Ministério de Educação e Cultura, onde os currícula, a estrutura e funcionamento da escola, os mecanismos de gestão e administração central e local do sistema educativo e a participação da população na vida da escola conheceram uma nova abordagem, com objectivo claro, superar a educação colonial. Sustentam Castiano e Ngoenha (2013, p. 46) que:

Sem dúvida que uma das conquistas do Sistema de educação no período 1975-1982 é a massificação do acesso a escola. A expansão escolar tinha aumentado, (...) a expansão do ensino técnico profissional, embora relativamente tímida (...) embora de forma elitista, alguns Moçambicanos negros ganham a oportunidade de frequentar cursos universitários.

Os mesmos autores, ainda referem que nesse período a educação moçambicana caracterizava-se por uma pedagogia totalmente tradicional. Portanto, o Processo de Ensino

---

<sup>7</sup> Grupo de quadros chamados para cobrir a falta de professores que se fazia sentir, anos depois da Independência nacional, trata-se de elite que até hoje estão a contribuir e a dirigir os destinos do País.

Aprendizagem tinha um carácter mecânico. Era imperativo que o aluno decorasse a tabuada, as vogais, os números, em fim, toda matéria. O aluno que não mostrasse a boa assimilação do conteúdo era objecto de castigo. O professor era tido como o sabichão, detentor de conhecimentos, aluno repetidor de conhecimentos ou sujeito passivo.

A língua portuguesa, tida como oficial, símbolo da unidade nacional<sup>8</sup>, o aluno estava, literalmente, proibido a falar a língua moçambicana no recinto escolar, havia um castigo visível, facto que hoje a educação moçambicana procura corrigir com a introdução de línguas moçambicanas nos atuais programas de ensino.

Contudo, de acordo com Gasperini (1989), apesar do esforço levado a cabo pela FRELIMO, o sistema educativo ainda se ressentia com a insuficiência da rede escolar, aliada a dispersão da população, e de professores, a relevância curricular para os interesses das comunidades, escassez de material didático, altas taxas de reprovação e desistências, escassez de escolas de formação profissional<sup>9</sup>, entre outros. Eis a questão: no meio destas dificuldades, qual foi a solução buscada pelo Governo de Moçambique?

### **Introdução do SNE (1983- 1991)**

Apesar da Independência, o Governo moçambicano não havia conseguido edificar um sistema educativo genuíno, que garantisse a Unidade Nacional, o que propiciou a emergência das reformas educacionais. É assim que em Março de 1983 introduz-se o Sistema Nacional de Educação, com a pretensão de eliminar os problemas acima destacados. O trecho que se segue pode ser visualizada decisão que foi tomada que se constituiu em lei do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Em cumprimento das decisões do III Congresso da FRELIMO (1977) o Ministério da Educação e Cultura num documento conhecido por Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação, aprovado em 23 de Março de 1983 como Lei nº 4/83, apresenta os fundamentos político-ideológicos, princípios, finalidades, objectivos gerais e pedagógicos da educação em Moçambique.

De acordo com Uaciquete (2010, p. 18), o objectivo central atribuído ao SNE era o de formar o “Homem Novo Revolucionário”, “um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista”.

---

<sup>8</sup> A escolha da língua portuguesa, justifica-se pela necessidade de usá-la como vínculo para estabelecimento da unidade nacional para todos os moçambicanos, tendo em conta que o país possui muita diversidade linguística e a escolha de uma dentre as nativas teriam resultado em conflito.

<sup>9</sup> Comprometendo o alcance do objectivo de 19745, formar pessoas em qualidade e quantidade para ocuparem os postos de trabalhos vazios na economia.

Portanto, a missão do SNE foi vista como via preferencial para a formação política e ideológica, formar quadros em quantidade e qualificados, Mão-de-obra qualificada, entre outros.

Para Ibraimo (2010, p. 31) a educação, nos moldes do SNE, “devia criar condições para expansão da rede escolar, garantir a escolaridade obrigatória e contribuir para a formação de quadros moçambicanos qualificados e que contribuíssem para o desenvolvimento nacional”.

Como se pode observar, um dos ganhos de destaque deste período foi a organização, institucionalização, planificação e controlo da educação ao nível do país. Porém, Silva e Rumbane (2022, p. 570) afirmam que, “mesmo perante o sistema socialista nem tudo andava bem devido a várias limitações, como o é caso de falta de pessoal qualificado para assegurar a administração de um sistema centralizado que Moçambique adotara logo depois da independência”.

Para Gómez (1999, p. 165), “Um dos maiores desafios da política educacional da FRELIMO nesta fase deu-se ao nível da competência técnica. Existia uma contradição entre o que se pretendia fazer e a capacidade da sua materialização”. No entanto, sem deixar de fora o descontentamento nas ideologias e liderança do partido, Abú (*apud* GÓMEZ, 1999, p. 128) considera que “na altura como partido único, onde os anseios do Governo foram prejudicados com o início do conflito armado nos anos 1980 e, mais tarde, pelas dificuldades trazidas pelas políticas de reajuste estrutural introduzidas na segunda metade da década”.

Esses impasses resultaram no surgimento da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um partido que estabeleceu um confronto que resultou na guerra civil com a FRELIMO, tendo durado 16 anos (1977-1992). Importa aqui salientar que nessa guerra houve um pouco mais de 1 milhão de mortos moçambicanos e destruição de muitas infra-estruturas sociais (estradas, pontes, linha férreas, escolas, hospitais, entre outras).

De acordo com Gómez (1999, p. 17) “na educação, os efeitos dessa guerra comprometeram em grande parte os objetivos do Sistema, aumentando o número de crianças fora da escola: mais de 45% das escolas primárias foram destruídas e muitos professores e alunos assassinados ou raptados”.

Infelizmente, Moçambique vivia momentos mais difíceis da sua história, não só pela guerra civil entre a (FRELIMO<sup>10</sup> e a RENAMO<sup>11</sup>), mas também por motivos de seca e crise económica, que influenciaram negativamente a pretensão da Unidade Nacional, encerramento

---

<sup>10</sup> Frente de Libertação Nacional

<sup>11</sup> Resistência Nacional de Moçambique

de escolas<sup>12</sup>, fraco ingresso da rapariga, índice alto de desistências e reprovações, a qualidade de educação péssima, entre outros. É facto para dizer que o SNE, perante os aspectos anteriormente descritos, ficou totalmente enfraquecido e se mostrou inadequado para responder as novas exigências sociais, económicas e políticas que se registaram, principalmente, a partir dos anos 1987-1990.

## **A reforma do Sistema Nacional de Educação (1992)**

Como nos referimos, no quadro geral de Moçambique vivia-se uma crise geral. Portanto, o Estado estava incapacitado para assegurar o acesso de educação para todas as crianças com idade escolar. Por não responder cabalmente as novas exigências, o SNE é reformulado e é introduzida a Lei nº 6/92 de 6 de Maio, que preconizava uma educação assente num novo projeto, cujo fundamento está assente na ideologia neoliberal, capitalista, com raízes na economia de mercado. Castiano e Ngoenha (2013, p. 114) afirmam que:

Em Maio de 1992 o Parlamento aprova a lei 6/92 sobre o sistema de educação em Moçambique. As expressões cristalizadas como educação socialista, homem novo, etc. são literalmente retiradas do texto da nova lei (...) a educação continua a ser direito e dever de todos Moçambicanos.

Por outras palavras, no meio das adversidades expostas durante a vigência da Lei 4/83 do SNE, Moçambique, que tanto se sustentava pela ala socialista, depara-se com uma forte influência das organizações internacionais não-governamentais, puramente capitalistas, com destaque para Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial, com uma visão de ajuda externa para superar os problemas internos.

Não tinha escolha, tal como fundamentam Castiano e Ngoenha (2013, p. 114), “na sua estratégia económica Moçambique ‘despede-se’ da orientação marxista, começando a caminhar com passos largos para uma economia de mercado livre”. É aqui que o socialismo que outrora foi alternativa encontrada para resolver situações, pontuais, após a independência nacional, e para acomodar os interesses do partido único, a FRELIMO, viu-se inadequado e é chamada a corrente capitalista para dar vazão às dificuldades de desenvolvimento do País.

Assim, em termos legislativos o Estado Moçambicano, com a Lei nº 6/92, abriu um espaço que permitiu a participação de outras entidades incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas, no processo educativo. A ajuda podia ser resumida por assistência

---

<sup>12</sup> De 1983 a 1987 já tinham sido encerradas 2.200 escolas do Ensino Primário do 1 Grau.

financeira, disponibilizando valores monetários ou assistência técnica, garantindo o envio de quadros ou profissionais para Moçambique (Castiano; Ngoenha, 2013, p. 114).

De lembrar que foi em 1992, através da assinatura dos Acordos de Roma, que declara-se o fim da guerra civil, tendo um marco histórico, a introdução do multipartidarismo, o que favoreceu que as organizações internacionais direcionassem seus esforços na ajuda ao sector de educação.

No âmbito da revisão da Constituição da República, Bonde (2016, p. 55) afirma que, “com a aprovação da Constituição de 1990, os princípios filosóficos que orientaram o sector da educação passaram a estabelecer que a educação é um direito e dever de todos os cidadãos”.

- a) O Estado, no quadro da lei, permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo.
- b) O Estado organiza e promove o ensino, como parte integrante da acção educativa, nos termos definidos na Constituição da República; o ensino público é laico (SNE, 1992, p. 104).
- c) Democratização do ensino. Ou seja, o aluno passou de sujeito passivo para ativo, o professor, de transmissor de conhecimento para mediador.

Em 2002 o Ministério de Educação inicia uma nova concepção e a conseqüente introdução de um novo currículo para o Ensino Básico, inspirando-se nos ideais da UNESCO, cuja grande novidade incidu sobre a reorganização da estrutura do sistema do ensino básico em ciclos de aprendizagem.

## **Lei nº 18/2018, o Sistema Nacional de Educação de 2018 à atualidade**

Lamentavelmente, com a lei 6/92 e a introdução do novo currículo do ensino Básico em 2002, Moçambique viu-se isolado, mais uma vez, tanto dos organismos internacionais, do continente, como da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC, as taxas de desistências e reprovações continuaram a preocupar e enfraquecerem os desafios impostos, internacionalmente, o da Educação Para Todos. De acordo com MINEDH (2020, p. 86):

No quadro das reformas efetuadas pelo Sector com vista a adequar o sistema educativo aos desafios da atualidade, foi aprovada a Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do Sistema Nacional de Educação. Esta Lei institui um Ensino primário compreende seis (6) classes, organizadas em dois (2) ciclos, 1º Ciclo, 1ª a 3ª classe e 2º Ciclo, 4ª a 6ª classe. E um Ensino Secundário de 6 classes, organizado em dois ciclos de aprendizagem. O 1º ciclo, da 7ª a 9ª classe e o 2º ciclo, da 10ª a 12ª classe.

Portanto, com a lei nº 18/2018 do SNE, Moçambique procura reafirma-se ao processo de globalização onde, como refere Kassotche (1999, p. 74) que, “[...] Nenhum país pode permanecer dentro das suas fronteiras isolado do resto do mundo”. A lei em destaque, trata-se da revisão da Lei nº 6/92 de 6 de Maio e visa essencialmente:

- a) Moldar a lei vigente à conjuntura social e económica do País de forma a garantir uma educação equitativa, inclusiva e sustentável;
- b) Necessidade de a Lei do SNE estar alinhada e harmonizada com as convenções internacionais sobre educação e formação em que Moçambique é assinante, que preconizam, entre outros aspectos, um ensino básico, consagrado no Protocolo da SADC sobre Educação e Formação através do Desenvolvimento Sustentável, que defende uma educação de qualidade.

Nos termos do Artigo 5, Lei 18/2018 (lei do SNE) estão explícitos os seguintes objectivos:

- 1) Erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo moçambicano o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento pleno das suas capacidades e a sua participação em vários domínios da vida do país.
- 2) Garantir a educação básica inclusiva a todo cidadão de acordo com o desenvolvimento do país, através da introdução progressiva da escolaridade obrigatória;
- 3) Assegurar a todo cidadão o acesso a educação e a formação profissional;
- 4) Garantir elevados padrões de qualidade de ensino e aprendizagem.

Importa referir que a Lei 18/2018 estendeu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 7ª para 9ª classe, que abrange o 1º ciclo de ensino secundário; e estabelece a monodocência no 2º ciclo de ensino primário, na 6ª classe.

Uma das grandes novidades atuais na transformação do Sistema Nacional da Educação é a introdução da Escola Básica. A Escola Básica é uma instituição educativa de carácter social, que leciona da 1ª a 9ª classe, compreendendo o Ensino Primário (EP), de 1ª a 6ª classe, e o 1º ciclo do Ensino Secundário Geral (ESG), de 7ª a 9ª classe e inclui a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com o regulamento, a escola Básica deve funcionar em edifício próprio, construído em local adequado para fins educativos, com mobiliário, material didático e equipamento básico, docentes com qualificação, saneamento e condições de acessibilidade previstas na legislação específica sobre pessoa com deficiência.

## Considerações finais

A evolução do sistema educativo em Moçambique tem explicação, tanto antes e depois da ocupação colonial, como nos termos da conquista da independência nacional, associada às novas exigências económicas, culturais, políticas, sociais, de índole nacional e internacional de cada período. A expansão da rede escolar, a insuficiência de professores, as altas taxas de desistência, a guerra civil, a crise económica, a necessidade de ajuda externa das organizações internacionais não-governamentais, são alguns dos elementos que determinaram para as reformas e instituição de novas políticas educacionais em Moçambique.

Neste artigo, ficou visível o longo percurso da história da educação em Moçambique, marcada por reformas, constrangimentos e desafios para o alcance de uma educação de qualidade e para todos. Com a introdução da lei 18/2018, de 28 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação, Moçambique conta com três reformas curriculares: sendo a primeira em 1975, após a Independência nacional, a segunda em 1983 com a introdução do Sistema Nacional de Educação e a terceira em 2018, através da lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro.

Analisados os factos, vale a pena dizer que com a introdução da lei nº 18/2018, o desperdício e desistências de alunos poderá se reduzir, sobretudo no Ensino Primário e secundário, com destaque para os alunos das Escolas Básicas. Por outras palavras, os alunos das escolas Básicas, tem a oportunidade de terminarem o 1º ciclo do ensino Secundário na mesma instituição.

Ora, apesar das vantagens da lei vigente, sobretudo, no “aparente” expansão da rede escolar, há que destacar os requisitos que são colocados para a criação e funcionamento das escolas Básicas. Ou seja, o regulamento da Escola Básica, no âmbito de implementação da lei nº 18/2018, há uma série de requisitos<sup>13</sup>, que nos ariscamos a dizer que o legislador foi tão ambicioso, se limitando à realidade urbana. Se o cumprimento for escrupuloso serão tão poucas escolas que poderão ser requalificadas para escolas básicas, eis “aparente” expansão da rede escolar e o desafio imposto da à lei do Sistema Nacional de Educação.

Portanto, dentre vários constrangimentos e desafios há que destacar os elementos que determinaram para definição de novas políticas educacionais. E na nova lei tem requisitos para

---

<sup>13</sup> Sala para primeiros socorros equipada com Kits; Ginásio multiuso; Balneários inclusivos; Murro de vedação; Extintores; entre outros.Sala de informática com conectividade; Gabinete de apoio a inclusão;Biblioteca;Laboratório de Física, Química e Biologia;Salas de aulas equipadas com carteiras para os alunos, secretária e cadeira para o professor, quadro e armário; boloco administrativo, entre outros.

que uma instituição seja Escola Básica, que passa necessariamente ter em conta com a componente infraestrutural. Deixemos claro, é importante que as autoridades educacionais tenham em consideração os aspectos descritos para que uma instituição de ensino seja requalificada para Escola Básica, aqui esta o fundamento do desafio, o que obviamente contribuirá para o acesso e a melhoria da qualidade de educação em Moçambique.

O maior desafio neste momento para o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano é a criação de condições prevista no regulamento por formas que todos os graduados das escolas primárias tenham acesso ao ensino secundário do 1º ciclo, sem percorrer longas distâncias. O desenho, a elaboração, ensaios e a implementação dos currículos passa necessariamente por um envolvimento de todos atores educacionais, pois permite buscar as experiências e aspirações do Moçambique real.

Em fim, com o lema, por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade, a educação em Moçambique, mais uma vez, procura dar respostas ao desafio da educação para todos. É tarefa de toda camada intelectual, tomar novas atitudes, definir estratégias e ter novos olhares em relação ao futuro da educação Moçambicana.

## Referências

- BASÍLIO, Guilherme. **O Estado e a escola na construção da identidade política moçambicana**. Tese de doutoramento em Educação/Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.
- BOLACHA, Natália Fonseca. **A mulher moçambicana na ocupação de cargos de decisão: um estudo de caso no âmbito das direções provinciais de Nampula**. 220p. Tese de Doutorado em - Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2013.
- BONDE, Rui Amadeu. **Políticas públicas de educação e qualidade de ensino em Moçambique**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia 2016.
- CASTIANO, José Paulino; NGOENHA, Severino Elias. **A Longa Marcha dum Educação para todos em Moçambique**. 3ª edição, Maputo, 2013.
- DOMINGOS, Alberto Bive. **Administração do sistema educativo e a Organização das Escolas em Moçambique no Período Pós-Independência 1975-1999: Descentralização ou Recentralização?** Dissertação de mestrado. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2010.
- GASPERINI, Lavinia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Roma: Lavoro, 1989.
- GOLIAS, Manuel. **Sistemas de Ensino em Moçambique: Passado e presente**. Maputo: Escolar, 1993.
- GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação Moçambicana: história de um processo: 1962-1984**. Maputo, Moçambique, 1999.
- GUEBERT, Mirian Célia Castellain; RODRIGUES, Mariano Araujo. **Sistema educativo em Moçambique: as estratégias internacionais de inclusão**. RIDH/Bauru, v. 9, n. 1, 2021.



- IBRAIMO, Mahomed Nazir. **O conselho de escola como espaço de participação da comunidade**. Tese de Doutorado Porto: UCP-FEP, 2014.
- INTANQUE, Sabino Tobana; SUBUHANA, Carlos. **Educação pós-independência em Moçambique**. Revista África e africanidade. Ano XI, 2018.
- KASSOTCHE, Florentino Dick. **Globalização: receios dos países em vias de desenvolvimento: reflexões sobre o caso de Moçambique**, Maputo, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didáctica**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1995.
- MOÇAMBIQUE. **Lei nº 4/83 de Março de 1983**. Maputo, I Série Nr.12, 1983.
- MOÇAMBIQUE. **Lei nº 6/92 de Maio de 1992**. Maputo, I Série Nr. 19, 1992.
- MOÇAMBIQUE. **Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro**, I Serie Nr 254, 2018
- MOÇAMBIQUE. **Plano Estratégico da Educação 2020-2029**. Maputo, Moçambique, 2020.
- MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique 2004**: aprovada em 21 de Janeiro de 2005.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**, Portugal, 1975.
- NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**, Trad. Lucília Rodrigues e Maria Segurado, Mira-Sintra: Publicações Europa- América Lda, 2012.
- QUIMUENHE, Ancha. **História da Educação Moçambicana no século XX: Lei 4/83 e 6/92 do Sistema Nacional de Educação**. **Revista Científica de Educação**, Inhumas, v. 3, p. 1-14, 2018.
- SILVA, Camila Ferreira; RUMBANE, Sebastião Juvêncio. **Estado, sistema educativo e gestão escolar em Moçambique**. Debates em Educação | Maceió Vol. 14 | Número Especial | 2022
- UACIQUETE, Adriano Simão. **Modelos de administração da educação em Moçambique (1983-2009)**. Dissertação de Mestrado, Maputo: Texto, 2011.
- UNESCO. **Revisão de Políticas Educacionais**. Moçambique, 2019.

### SOBRE O/AS AUTOR/AS

**Domingos Árabe**. Mestrando do Curso em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma-Extensão de Niassa. Licenciado em ensino de Filosofia pela Universidade Pedagógica-Maputo. Contribuição de autor: escrita do artigo - <http://lattes.cnpq.br/0270472302239506>

**Francisco Uame**. Mestre do Curso de Avaliação Educacional, na Universidade Rovuma, Extensão de Niassa. Licenciado em Ensino Básico pela Universidade Pedagógica de Maputo. Contribuição de autor: escrita do artigo.

**Agostinho Rosário Teimoso**. Mestre em Avaliação Educacional, Universidade Rovuma – Extensão de Niassa. Licenciado em Ensino de Química pela Universidade Pedagógica, Delegação de Niassa. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Educação e Contextualização no Ensino (NUPECE). Contribuição de autor: análise e escrita do artigo - <http://lattes.cnpq.br/4303576334888468>

**António dos Santos João**. Doutor em Psicologia, na Especialidade de Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica, em parceria com a Universidade de Lisboa – Portugal. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Rovuma. Pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento, Aprendizagem e Cognição (GEDAC). Membro da Associação para o Desenvolvimento da Investigação em Psicologia Escolar e Educacional (ADIPSIEDUC): Contribuição de autor: análise e escrita do artigo.

**Almeida Meque Gomundanhe.** Doutor em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique-Faculdade de Educação e Comunicação. Docente dos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Rovuma-Extensão de Niassa, Departamento de Educação e Psicologia. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no Ensino (NUPECE) e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular e Cotidiano Escolar (GEPECE). Contribuição de autor: pesquisa de campo, análise dos resultados e escrita do artigo - <http://lattes.cnpq.br/3889311011093081>

### Como citar

ÁRABE, Domingos; UAME, Francisco; TEIMOSO, Agostinho Rosário; JOÃO, António dos Santos; GOMUNDANHE, Almeida Meque. Análise da evolução do sistema educativo em Moçambique: reformas, características, constrangimentos e desafios. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 3, e14265, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v3.14265>.